QAÁCS
POLÍTICA CORREI O BRAZILIENS E Brasília, segunda-feira, (Ide junho de 1987 3

Egídio sugere mandato de 4 anos para Sarney
Contrariando resultado da subcomissão, que aprovou 5, seu parecer pode acabar reje

GIVALDO BARBOSA

Egídio ouviu o conselho de Covas e ressuscitou o mandato de 4 anos que havia sido rejeitado na Subcomissão. Agora, a luta começa de novo

• Militante
ti

sabia que
• • ia morrer
Bauru (SP)— Para a família,
a morte de Márcio Leite de To-
ledo é um caso encerrado, des-
de seu sepultamento há 16 anos.
Todos os parentes tinham o co-
nhecimento de que ele tinha si-
do morto pelos próprios colegas
da Aliança Libertadora Nacio-
nal e o próprio Márcio sabia que
estava indo de encontro com a
morte, quando se preparava pa-
ra uma reunião com os mem-
bros da ALN para discutir uma
disputa pela liderança da orga-
nização terrorista.

Esta explicação foi dada on-
tem, em Bauru, por dona Mari-
na de Toledo, et>posa do profes-
sor Mauro Leite de Toledo, ir-
mão de Márcio, ao saber das de-
clarações do ex-terrorista da
ÁLN, Carlos Eugênio Sarmento
da Paz, revelando a versão de
que o crime foi decorrente de
uma disputa pelo poder dentro
da Aliança Libertadora Nacio-
nal. Márcio Leite de Toledo
hiorreu na capital paulista me-
tralhado, há 16 anos. Ele tinha
na época 26 anos de idade, era
estudante de Direito. Segundo a
família, ele militou durante três
anos na ALN e era considerado
o segundo na hierarquia dá or-
ganização, liderada por Carlos
Marighela. Márcio abandonou a
Faculdade de Direito, para
cumprir um ideal de vida.

A família não tinha conheci-
mento de suas atividades terro-
ristas até que ele foi preso em
São Paulo e acusado de subver-
são. Márcio só foi libertado por
causa da interferência de outro
irmão, Maurício Leite de Tole-
do, que na época era deputado
federal pela extinta Arena. "A
partir de então, sempre soube-
mos de suas atividades clandes-
tinas e temíamos pelo seu fim, o
que de fato aconteceu, mas lu-
tando contra seus próprios cole-
gas e não contra as forças de re-
pressão ao terrorismo montada
pelo governo" — disse dona Ma-
rina.

Ela explicou que Márcio era
considerado o "mentor intelec-
tual" da ALN em São Paulo e
responsável pela organização
das ações promovidas pela
Aliança. Porém, dona Marina
garante-que Márcio não partici-
pava de atividades externas,
como ele garantiu em cartas
que escrevia para o pai, faleci-
do professor António Eufrásio
de Toledo.

Sarney explica

intervenção a
i Hélio Gueiros
Belém- O governador do Pa-
rá, Hélio Gueiros, viaja hoje pa-
ra Brasília, onde terá uma au-
diência com o presidente José
Sarney para tratar da interven-
ção do Banco Central no Banco
do Estado do Pará, há pouco
mais de uma semana.

Na quinta-feira, após uma se-
mana de retaliações entre o

Banco Central, que insiste em
afirmar a existência de um

rombo de Cz$ 6,8 bilhões no
Banpará, e o governador Hélio

Gueiros, que rompeu relações
com todos os dirigentes do BC, o

presidente José Sarney inter-
veio na questão, convidando o

governador paraense para ir a
Brasília hoje a fim de negociar

o que já se convencionou cha-
mar de "administração com-
partilhada" para o banco pa-
raense, que atenda tanto aos in-
teresses do BC como do governo
do estado. A audiência, em
princípio marcada para hoje, fi-
cou de ser confirmada ontem à
noite pelo próprio Presidente.

Cardoso considera

prorrogação imoral

Comissão da Família,
Educação, Cultura e
Esportes, Ciência
e Tecnologia e
da Comunicação

Bel o Horizont e —
"Prorrogação é imoralidade.
Eu não creio que o presidente
José Sarney tenha sugerido is-
so", reagiu ontem o governador
Newton Cardoso à proposta de
prorrogação do mandato dos
prefeitos, fazendo coincidir as
eleições municipais com a su-
cessão presidencial. Na tese dos
cinco anos de mandato para o
Presidente, Cardoso, entretan-
to, discorda da alternativa su-
gerida por lideranças do PMDB
de realização das eleições presi-
denciais ern 1988. Ele insiste na
importância de se manter a tra-
dição republicana de cinco anos
de mandato, realizando-se "e-
leições solteiras", em 1989.
— Eu não vejo por que tanta
preocupação com eleições con-
tinuadas. Isso não prejudica
ninguém, ao contrário. Deve-
mos consultar sempre o povo
para aferir o prestigio de cada
um — argumentou o governa-
dor.
Newton Cardoso não vê senti-
do, também, na realização do
encontro das bases do PMDB,
proposto para o fim deste mês,
em convenção extra-oficial que
discutiria a duração do manda-
to presidencial e o sistema de
governo desejado pelo partido.
AGRESSÃO
Agressão à democracia. E as-
sim que o deputado Pimenta da
Veiga vê a proposta do presi-
dente José Sarney de prorroga-
ção dos mandatos dos atuais
prefeitos, de maneira a fazer

PDT quer diretas
após Constituinte
Porto Alegre — O PDT
gaúcho espera obter o "sinal
verde" de seu líder máximo,
o ex-governador Leonel Bri-
zola, para deflagrar imedia-
tamente a campanha que
pretende recolher um mi-
lhão de assinaturas para
uma proposta popular à
Constituinte marcando elei-
ções presidenciais diretas lo-
go após o término de seus
trabalhos. O presidente re-
gional do partido, Sereno
Chaise, pretende obter a au-
torização amanhã, quando
Brizola chega ao estado e se-
rá recepcionado por seus
correligionários como candi-
dato.

O diretório metropolitano
do partido vai lançar, na
chegada de Brizola, um li-
vreto sobre a "vida do políti-
co e administrador", que
vendido a Cz$ 10,00, pretende
arrecadar fundos para a
campanha.

Luiz Henrique também é contra

coincidir as eleições municipais
com as presidenciais. Para ele,
não hà hipótese de essa ideia
passar no PMDB e nem mesmo
a Constituinte pode, licitamen-
te, admitir a prorrogação de
mandatos eletivos. "Se o pro-
blema é evitar eleições sucessi-
vas, antecipam-se as eleições
presidenciais", disse Pimenta.
O deputado acha que a banca-
da mineira deu uma demonstra-
ção de bom senso ao adiar a de-
finição de sua posição sobre o
mandato do presidente Sarney
para o momento da votação da
Constituinte, uma vez que a ten-
dência hoje entre os deputados
é muito dividida. Pimenta con-
sidera que a duração do manda-
to do Presidente está vinculado
aos rumos que o governo dará à
economia do País: "Se as coisas
continuarem como estão, nós
teremos um mandato mais cur-
to para o Presidente. Se elas fo-
rem corrigidas, tudo pode ser
diferente. Pessoalmente digo
que, se fosse obrigado a me de-
finir hoje, dicidiria por um
mandato de quatro anos", ob-
servou o deputado.

A tese lançada semana passa-
da pelo Palácio do Planalto,
através do senador Carlos Chia-
relli (PFL-RS), e do líder do Go-
verno, Carlos Santana, de se
prorrogar para oito anos os
mandatos dos atuais prefeitos e
vereadores, continua encon-
trando resistências dentro do
próprio conjunto de forças
políticas que dão sustentação ao
presidente José Sarney. Em
Campina Grande, na Paraíba, o
líder do PMDB na Câmara, de-
putado Luiz Henrique, que par-
ticipou de uma comitiva de
mais de 400 constituintes que fo-
ram ver de perto a chamada
"seca verde", afirmou ontem
que a proposta não vingará.
Embora admita não ter tomado
conhecimento "formal" da arti-
culação, ele não crê que essa
proposta encontre ressonância
junto aos próprios políticos que
compõem a Aliança Democráti-
ca.

- - Acho que já foi um erro
muito grande do governo ante-
rior prorrogar os mandatos mu-
nicipais dos eleitos em 1976,
pois a duração do mandato de
prefeito deve, em sua essência,
ser de quatro anos. Acho que o
povo conferiu a esses políticos o
mandato que, por lei, deve ser
cumprido. Sou absolutamente
contra — acentuou.

Já o presidente do Senado,
Humberto Lucena, atribuiu a
ideia a mais uma especulação
lançada à opinião pública.

Pimenta: agressão a democracia

Adivinhando a Constituinte
ANTÓNIO BRITO

T

enho recomendado aos
que me perguntam co-
mo ficará a nova Consti-
tuição que leiam com atenção
o artigo 33 do regimento inter-
no. De forma clara, ele deter-
mina que todas as votações de
matéria constitucional serão
feitas através do sistema no-
minal e por maioria absoluta
de votos (280 entre 559 consti-
tuintes).

São duas realidades sim-
ples, mas fundamentais, para
quem quer adivinhar o tom
político do novo texto. 0 voto
nominal lembra que, a partir
de setembro, a opinião pública
brasileira se transferirá para
o plenário da Câmara dos De-
putados, de olho na posição de
cada constituinte. Será o mo-
mento de desnudar os compro-
missos, cobrar os discursos e
assumir responsabilidade pe-
rante a história.

Por outro lado, a maioria
absoluta. Ninguém, nem con-
servadores, nem progressis-
tas, tem os 280 votos necessá-
rios. Minorias, não importa de

onde, serão incapazes de defi-
nir o rumo da Constituinte.
Ela, hoje, depende de uma an-
tiga verdade da política brasi-
leira: a capacidade de coopta-
ção do centro.

Por isso, desde logo, é
possível prever que nas ques-
tões institucionais, politicas,
partidárias e eleitorais, nas
garantias.individuais, no for-
talecimento do Legislativo e
do Judiciário, na contenção
dos abusos do Executivo, haja
tranquila maioria, formada
pelos setores progressistas e
os liberais. Na questão econó-
mica, na ordem social a ten-
dência do centro tem sido vo-
tar à direita. Mas isto necessa-
riamente não ocorrerá lá
adiante, na hora decisiva. Pri-
meiro, porque é impossível ter
futuro eleitoral e político neste
País dando as costas às refor-
mas. Segundo, porque os seto-
res de esquerda já devem ter
compreendido que os avanços
dependem da negociação e es-
ta só se dá em torno de fórmu-
las intermediárias, cautelosas
para agradar ao centro, refor-

mistas para satisfazer aos
progressistas.

Até hoje, dez votos definiam
as questões nas subcomissões
e era possível dividir a Consti-
tuinte em dois grupos, radica-
lizar a disputa e levar a resul-
tados como os verificados nas
subcomissões. A partir de ago-
ra, aumenta o quorum, dimi-
nui o maniqueísmo, começa a
política e a negociação. Quem
sonha com o contrário — um
texto feito à vontade somente
da direita ou da esquerda —
não conhece nem o regimento,
nem os números da Consti-
tuinte. Certamente estará
mais próximo de responder
hoje à questão de setembro e
de outubro, quando será vota-
do o texto, quem apostar num
documento mais liberal que
qualquer outro da nossa histó-
ria no campo institucional,
mais avançado do que nunca
no social, e, no económico, re-
formista. Tanto quanto for ne-
gociado.

Deputado federal pelo PMDB do Rio
Grande do Sul

Relatório sai só

de madrugada
Os relatores das oito comis-
sões temáticas passaram mais
um fim de semana debruçados
sobre os relatórios, mas todos
conseguiram entregar os subs-
titutivos no prazo, encerrado
ontem à meia-noite. De acordo
com o cronograma instituído
pelo regimento interno da Cons-
tituinte, hoje mesmo serão dis-
tribuídos os avulsos impressos,
para que comece a contar o pra-
zo de 48 horas para o encami-
nhamento de emendas sobre os
substitutivos pelos membros
das comissões.
O único que teve problemas
com o tempo foi o relator Artur
da Távola (PMDB-RJ), da Co-
missão da Família, Educação,
Cultura e Esportes, Ciência e
Tecnologia e da Comunicação.
Trabalhando contra o relógio
para cumprir o cronograma, já
passava das 21h e ele só havia
conseguido se definir quanto às
questões referentes aos itens
Comunicação e Ciência e Tec-
nologia. Com a ajuda de seus
assessores, o relator teria que,
em cerca de três horas, cuidar
da redação final de temas polé-
micos como o aborto e divórcio,
específicos da parte que trata
da Família.
Desde o início dos trabalhos
em sua Comissão, Artur da Tá-
vola está às voltas com proble-
mas para o acompanhamento
dos prazos do cronograma, por
causa de erros de impressão
nos relatórios das subcomis-
sões. A princípio o presidente
da Constituinte Ulysses Guima-
rães havia permitido que sua
Comissão entregasse o substitu-
tivo na próxima terça-feira,
mas ontem mesmo o relator foi
comunicado que teria de acele-
rar os trabalhos para que o
substitutivo fosse encaminhado
à Gráfica do Senado no prazo
normal — ou seja, até a meia-
noite de ontem.
O deputado Egydio Ferreira
Lima (PMDB-PE), relator da
Comissão de Organização dos
Poderes e Sistema de Governo,
também foi atropelado pelos
prazos. Para não fugir do crono-
grama, ele foi obrigado a traba-
lhar em regime de plantão no
Prodasen, onde chegou por vol-
ta das 16h do sábado, só saindo
para atender a um chamado do
presidente Ulysses Guimarães,
às 17h de ontem.

OS NOVOS PRAZOS

Com a conclusão dos substitu-
tivos, a partir de hoje começa
uma nova fase nos trabalhos da
Constituinte. Agora, os próxi-
mos passos são o encaminha-
mento de emendas pelos mem-
bros das comissões, novo pare-
cer dos relatores sobre estas
emendas, votação e encaminha-
mento do substitutivo à Comis-
são de Sistematização, o que de-
ve acontecer já na próxima
segunda-feira.
Hoje mesmo serão distri-
buídos os avulsos dos substituti-
vos, que deverão seguir a se-
guinte tramitação durante a se-
mana.

Segunda e terça-feiras:
Recebimento de emendas sobre
os substitutivos.
Quarta e quinta-feiras: Os re-
latores deverão elaborar novo
parecer sobre as emendas, con-
cluindo com a redação do novo
substitutivo.

Sexta-feira: Início do período
de discussão e votação do subs-
titutivo.
Segunda-feira:
Encaminhamento dos oito pro-
jetos para a Comissão de Siste-
matização.

MARBA FURTADO
Da Editoria de Politica

O deputado Egídio Ferrei-
ra Lima (PMDB-PE), rela-
tor da Comissão de Organi-
zação de Poderes e Sistema
de Governo, propõe quatro
anos para o mandato do pre-
sidente José Sarney, no an-
teprojeto que apresenta hoje
à apreciação da Comissão.
A proposta contradiz o rela-
tório da Subcomissão do Po-

der Executivo, e m que deve-
ria se basear, a qual apro-
vou com apoio de vários pee-
medebistas mandato de cin-

co anos para o presidente
Sarney.
Com uma cópia do substi-
tutivo ainda em elaboração.
Egídio Ferreira Lima dei-
xou o Prodasen, Senado Fe-
deral, ontem à tarde, aten-
dendo o convite do senador

Mário Covas para ir à casa
de Ulysses Guimarães, onde
se realizou uma reunião de
mais de duas horas buscan-
do entendimento em torno

de temas polémicos. Na con-
versa com os deputados Nel-
son Jobim (PMDB-RS), An-
tónio Britto (RS) e Carlos
SanfAnna (BA); os senado-
res Mário Covas, e Fernan-
do Henrique Cardoso (SP) e
o ministro Renato Archer,
da Ciência e Tecnologia, o
relator não teria sido ques-
tionado sobre o mandato do

presidente Sarney, segundo
ele mesmo afirmou à saída
do encontro.

Antes da reunião, o depu-
tado expôs os pontos princi-
pais de seu texto, afirmando
que seu substitutivo "traz
muitos avanços, na tentati-
va de criar um sistema de

governo que dê estabilidade
política ao País. traga a mo-
dernização de suas institui-
ções e evite conflitos futu-
ros".

O mandato do presidente
Sarney não foi alvo do ques-
tionamento de Ulysses du-
rante a reunião, porque, co-
mo lembrou o próprio sena-
dor Mário Covas, a matéria
já teve seu tratamento no
anteprojeto do senador José
Fogaça, relator da Subco-
missão do Poder Executivo,
que propôs quatro ma s foi
obrigado a aceitar cinco
anos depois que sua prooos-
ta foi alterada na votação.
"Você propõe isto no seu
relatório?", perguntou Má-
rio Covas, surpreso, par a
Egídio, demonstrando logo
em seguida a afinidade de
ideias entre os dois. "Não é

o substitutivo de Egídio que
está de acordo com o que
penso. E ele mesmo", res-
saltou.

Como não houve questio-
namento a respeito deste da-
do, Egídio Ferreira Lima só
teve que expor, para nego-
ciação, matérias sobre o sis-
tema de Governo, ficando li-
vre de pressões de Carlos
SanfAnna e Ulyses Guima-
rães sobre a proposta de
quatro anos para o mandato
do presidente Sarney. O de-
putado quer eleições par a a
Presidência em 15 de no-

vembro do ano que vem e,
logo em seguida, a criação
do Parlamentarismo que se
estabelecerá precedido de
uma fase de transição e
adaptação de todas as insti-
tuições brasileiras. "Propo-
nho a formação de um a co-
missão, que deve ser com-
posta por membros dos po-

deres Executivo e Legislati-
vo, para efetivar estas adap-
tações", lembra ele.
Se dependesse dele, o Par-
lamentarismo seria insti-

tuído já, tamanha é a con-
fiança que deposita neste
sistema. "E singular, muito
versátil e funcionável", diz
o deputado. "O parlamenta-
rismo só surge quando o pro-
cesso político evolui. Ele é a
própria evolução dentro des-
te processo. Ê um criador de
líderes e um estimulador da

política", lembra ainda.
Neste regime, de acordo
com suas propostas no subs-
titutivo, o presidente da Re-
pública será o chefe de Esta-
do; o primeiro-ministro, o
chefe do Governo. Com com-

petência legislativa, o presi-
dente será o responsável pe-
la supervisão da adminis-
tração do País, enquanto o
primeiro-ministro se incum-
birá da "alta administra-

ção", do gerenciamento eco-
nómico, da ordem social e
terá o poder do veto.

Egídio entende que, por se
constituir em um período de
transição, o mandato do pre-
sidente Sarney não deve ser
superior a quatro anos. Após
instalado o Parlamentaris -

mo, no entanto, ele acha que
o mandato deve ser aumen-

tado para cinco anos. Defen-
sor da mudança de sistema
já, o deputado acha que o
próprio Sarney poderia se
dispor a instituir o Parla-
mentarismo como a Consti-

tuinte espera. "Seria um
forte favor ao País", ressal-
ta. "Ele ficaria na história

como o homem que encon-
trou o caminho institucional

para o Brasil".

Esta sugestão ele encami-
nhou ontem ao presidente
Sarney através de seu líder
na Câmara, deputado Car-
los SanfAnna. "Ele está dis-

posto a conversar", adian-
tou ao sair da reunião. E não

foi para outra finalidade que
os peemedebistas se reuni-
ram ontem. "Conversar pa-
ra chegar a um consenso",
como lembrou o próprio
SanfAnna e o senador Co-

vas. "A unidade do partido
passa por este trabalho que
Ulysses Guimarães ve m
realizando, reunindo coor-
denadores de bancada, líde-
res e agora relatores", fri-
sou ainda o líder do Gover-
no.

As reuniões em casa de

Ulysses Guimarães, já tive-
ram como convidados os re-

latores Prisco Viana (da Or-
ganização Eleitoral, Parti-
dária e Garantia das Insti-

tuições), José Serra (do Sis-
tema Tributário, Orçamen-
to e Finanças), Severo Go-
mes (da Ordem Económi-
ca), Almir Gabriel (da Or-
dem Social) e José Paulo Bi-
sol (da Soberania e dos Di-
reitos e Garantias do Ho-

mem e da Mulher).

O objetivo destes encon-
tros, segundo ainda o sena-
dor Covas, é "ampliar as ba-
ses de negociação do partido
e deixar os peemedebistas
mais unidos na hora da vota-

ção dos oito substitutivos".
Como pontos polémicos, que
vão exigir uma conciliação
entre a "pluralidade" do
PMDB, Covas aponta a pena
de morte e o aborto, "por-
que fogem completamente
ao programa partidário".

Projeto de J. Serra não agrada os ricos

A briga pelo Fundo de Parti-
cipação deverá continuar nesta
semana. O deputado José Serra
(PMDB-SP) não conseguiu
manter a proposta de excluir os
Estados ricos da divisão do
Fundo de Participação dos Es-
tados e Municípios e a guerra
entre o Sul e o Nordeste não ter-
minou. Uma comissão de muni-
cipalistas que chega hoje a
Brasília e vai ao Congresso dis-
posta a lutar pelos seus interes-
ses quanto à reforma tributá-
ria: quer que o Fundo de Parti-
cipação seja formado pela so-
ma de todos os impostos reco-
lhidos no País e não apenas pelo
IPI e Imposto de Renda.

A decisão de José Serra reti-
rar do projeto da Comissão do
Sistema Tributário, Orçamento
e Finanças a proposta que ex-
cluía os estados "ricos" do Fun-
do de Participação, estabeleceu
uma briga entre o Sul e Nordes-
te, e a luta por maiores recursos
vai continuar até a aprovação
do projeto. O Fundo de Partici-
pação, formado por 31 por cento
das duas maiores receitas do
Brasil — o Imposto sobre Pro-
dutos Industrializados e o Im-
posto de Renda — representou
no ano passado um total de Cz$
78 bilhões. No projeto aprovado
anteriormente pela subcomis-
são, o Fundo de Participação
cresceu, passando para 43 por
cento dos dois impostos, mas so-
mente os Estados com renda
tributária menor que a média
da renda nacional seriam con-
templados.

O governador do Rio Grande
do Sul, Pedro Simon, reagiu à

Comissão do Sistema

Tributário, de
Orçamento e Finanças

proposta de José Serra que fa-
vorecia os Estados mais po-
bres. Se a proposta de distribui-
ção do Fundo de Participação
somente para os mais pobres
não tivesse sido retirada, o Rio
Grande do Sul, que enfrenta
problemas financeiros, perde-
ria 8 por cento de sua receita
líquida. Uma comissão de gaú-
chos deve chegar hoje a brasília
para brigar tentando garantir
que a Constituição não vai pres-
tigiar somente os estados com
renda tributária menor que a
média da renda nacional.

O projeto de reforma tributá-
ria que está sendo elaborado pa-.
ra a Constituição não satisfaz os
municípios, segundo o secretá-
rio de Finanças de Recife, Sil-
vio Pessoa. Na sua opinião, ape-
sar dos municípios contarem
pelo projeto com sete fontes de
receita, os municípios deve-
riam conservar o Imposto So-
bre Serviços, que pelo projeto
será incorporado ao ICM. Além
disso, deveriam ter exclusivida-
de no Imposto sobre Transmis-
são de Bens e Imóveis e ficar
com 75 por cento do imposto so-
bre Veículos Automotores e não
50 por cento. Estas ideias serão
debatidas no plenário da Comis-
são do Sistema Tributário, Or-
çamento e Finanças nesta se-
mana — com o anteprojeto de
José Serra — e prometem ser
intensos.